

O horizonte perdido: assombros e falácias neoliberais no debate em torno da educação básica brasileira

Wellington Fontes Menezes *

Resumo

A onda neoliberal vem permeando cada vez mais aspectos no discurso da realidade brasileira. Em crise sistêmica, o debate em torno da Educação Básica pública se fragiliza coercitivamente quando seus pilares fundamentais são cerceados pelas imediatas veleidades da economia de livre mercado. Com o declínio dos sindicatos de profissionais da área educacional e a pouca (ou nula) cooperação entre universidades e escolas públicas os sintomas do deslocamento da centralidade do debate na esfera do interesse público são evidentes. A privatização dos espaços de reflexão a respeito da educação possui efeitos deletérios ao abrir caminho para interesses privados de ONGs e entidades similares com questionáveis ações de filantropia e idoneidade. Longe de resultarem alguma eficácia prática, ostensivas exposições de marketing eleitoral do asséptico discurso da meritocracia e a aplicação de provas sumárias como recurso para a majoração da idílica “qualidade total” na Educação. O discurso do mérito se tornou prática recorrente dos atuais governos em suas frágeis políticas públicas. O presente artigo buscar refletir sobre algumas falácias pertinentes do discurso neoliberal e seus impactos no atual debate do sistema público de Educação Básica no Brasil.

Palavras-chave: educação básica; meritocracia; neoliberalismo; políticas públicas; escola pública.

The lost horizon: neoliberal haunt and fallacies in the debate around the basic education in Brazil

Abstract

The neoliberal wave has been increasingly permeating the discourse aspects of Brazilian reality. Under a systemic crisis, the debate on public basic education coercively weakens when its pillars are flanked by the immediate whims of the free market economy. With the decline of unions of professionals in the education and low (or zero) cooperation between universities and public schools, symptoms of the displacement of the centrality of the debate in the sphere of public interest are obvious. The privatization of spaces for reflection about education has deleterious effects to make way for private interests of NGOs and similar entities with questionable actions of philanthropy and good reputation. Far from resulting some practical effectiveness, overt marketing displays of the aseptic electoral discourse of meritocracy and the application of summary evidences as a resource to increase the idyllic "total quality" in education. Merit speeches became a recurring practice of current governments in their fragile public policies. This article aims to reflect on some relevant fallacies of the neoliberal discourse and its impact on the current debate of the public basic education in Brazil.

Key words: basic education; meritocracy; neoliberalism; public policy; public school.



* WELLINGTON FONTES MENEZES é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Marília. Bacharel e Licenciado em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Rede Pública de Educação do Estado de São Paulo.



1. Introdução.

Em “Horizonte Perdido”, obra original de 1933, James Hilton descreve o desvelo do mito da terra prometida e ficcional de Shangri-La, recheada de cenas paradisíacas e localizada em algum lugar do Tibete onde se encontraria a fartura da saúde e da felicidade: “Há muita gente que tem se acostumado com lugares piores do que este – observava Bernard no fim da primeira semana passada em Shangri-La; era, sem dúvida, uma das muitas lições que estava aprendendo” (HILTON, 1974, p. 119).

Na esteira da Shangri-La da retórica brasileira, o atual debate sobre a Educação Básica pública oscila entre um rocambolesco discurso tecnicista meritocrático e os idílicos suvenires protocolares dos gabinetes de burocratas de ONGs, técnicos ou acadêmicos a anos-luz da realidade.

A partir dos anos 1980, com a crise aguda do keynesianismo e do “Welfare State” no cenário mundial, os Estados Nacionais começaram a ser bombardeados por um esboço de organização socioeconômica de matriz neoliberal (FRIEDMAN, 1988). As teses do “Estado mínimo” propiciaram também uma voraz contaminação ideológica dentro da sociedade. Considerado dispendioso para os governos dos Estados Nacionais dentro da lógica da economia de mercado, o “Welfare State”, foi alvo de severas críticas neoliberais a respeito da manutenção deste sistema o qual foi acusado de levar ao estrangulamento orçamentário e a inviabilidade da capacidade de investimento do Estado em médio e longo prazo. Logo, “a redução das dimensões do Estado foi apresentada como fundamental para resolver os problemas de um setor público estrangulado por suas dívidas” (DUPAS, 2003, p. 69-70).

Desta forma, Dupas (2003, p. 70) destaca de maneira enfática os riscos de preposições neoliberais de alcance na nova ordem global sob a égide neoliberal: “Até porque mercados podem ser internacionais, mas riqueza ou pobreza, e prosperidade, serão sempre fenômenos nacionais e locais”. Com os novos ares neoliberais, o campo da Educação foi centralmente atingido e paulatinamente cresceu um discurso rasteiro que trás a configuração ideológica do mercado em seu debate. Indiferente ao processo de formação básica do seu povo, nas últimas décadas, a ação governamental vem sendo movida por uma praxe neoliberal de privatizar o debate em torno de Educação em Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou entidades similares de supostas ações filantrópicas. O resultado é o destilar de retóricas pueris com resultados meramente protocolares e burocráticos.

2. A privatização do debate.

Empresas privadas disfarçadas de agentes sociais e ventiladas pela onda neoliberal, com raras exceções, as ONGs trabalham com dois objetivos fundamentais: a manutenção de seu espaço de lucratividade (atrelada com ações de marketing para sua própria sobrevivência financeira) e debater a praxe de projetos simplistas, idílicos, surrealistas ou de inviável execução na prática (geralmente é algum dourar da cereja de um bolo bolorento).

A ação governamental, em especial destaque as sucessivas gestões neoliberais do Estado de São Paulo, além de simplesmente atrelar toda a culpa sobre os ombros da classe docente pelo descalabro abissal que se encontra o sistema público de Educação Básica, procura muito mais justificar as deficiências do sistema com a aplicação de remendos demasiadamente limitados

e inadequados. Após anos de descaso com a Educação Básica, as práticas neoliberais destas gestões neoliberais em liturgia com massiva propaganda governamental de marketing para a população e impassível diálogo com os professores apenas aprofundou a severa crise que se instalou na Educação Básica (MENEZES, 2010). O resultado que se tem conhecimento é a perpetuação da desestruturação do sistema de Educação pública:

Uma sociedade que impede a emancipação só pode se transformar os espaços sociais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro. O enfraquecimento da educação pública, paralelo ao crescimento do sistema privado, deu-se ao mesmo tempo em que a socialização se deslocou da escola para a mídia, a publicidade e o consumo. (SADER, 2005, p. 16)

Coagidos pelo pragmatismo do desencanto do mundo ao estilo weberiano, perdidos em lutas internas fratricidas intestinais, os sindicatos ligados à Educação se enrijeceram e se tornaram burocratizados perdendo o rumo de sua ação para além da reivindicação salarial. Exceto por alguns programas pífios e paliativos, a desarticulação entre universidades, sindicatos e secretarias de Educação dos Estados é outro fator que impede uma construção realística de novos urgentes projetos pedagógicos. No momento que a ideologia neoliberal adentra na sociedade como um valor de uma perversa moral, a meritocracia invade a fala ressonante de “policemakes”, técnicos, professores e acadêmicos. Milton Friedman, principal teórico da Escola de Chicago, construiu um discurso que reverberou para os defensores do livre mercado e assim

perpassou a idéia da meritocracia como sistema de ascensão e punição social:

Em toda organização burocrática, as escalas de salários padronizados são quase inevitáveis; é praticamente impossível estimular uma competição capaz de levar a diferenças significativas no mérito. [...] Se alguém quisesse organizar um sistema para recrutar e pagar professores, deliberadamente concebido para repelir os imaginativos, autoconfiantes e ousados a atrair os medíocres, tímidos e fracos, não precisaria fazer outra coisa senão imitar o sistema de requerer certificados de cursos e pôr em vigor estruturas de salários padronizadas [...] O sistema alternativo resolveria estes problemas e permitiria que a competição regulasse a questão do mérito e atraísse bons profissionais para o magistério. (FRIEDMAN, 1988, p. 89)

Claramente, Friedman (1988) trata do quadro docente para lecionar em Educação Básica como se fosse necessário angariá-los da mesma forma que captam executivos para administrar alguma empresa privada. No simplório discurso neoliberal, a Educação deixa de ser um valor humanitário fundamental para se tornar uma competição capitalista entre seus agentes: a meritocracia é o mais perverso engodo neoliberal que se alojou na cultura do debate educacional. Para seus defensores, tudo se resolveria com a aplicação de provas de mérito, exames de qualificação e bonificação salarial como norteadores da verificação da tal “qualidade total” do sistema educacional. Atrelado à penúria de contrato precário de trabalho, o professor que não fosse aprovado neste sistema de avaliação seria alijado do processo. A vergonha pelo fracasso é mais um ingrediente massacrante

inserido no contexto de perversão moral a partir dos desígnios assépticos do modelo meritocrático. Sendo assim:

“[...] para piorar a situação dos pobres, o sistema meritocrático acrescentou agora o insulto da vergonha”. Não fazendo coro ao discurso do tecnicismo meritocrático, não se pode cobrar coisa alguma de uma mera miragem. A sintética e asséptica punição não contribui em absolutamente nada no desenvolvimento do ser humano. (BOTTON, 2005, p. 93)

3. Uma trágica miragem

O sistema público de Educação Básica no Brasil é uma miragem, aliás, uma trágica miragem. Entre provas e mais provas de supostas “aferições pedagógicas”, anualmente são depositadas um dispendioso volume do erário público em pesquisas questionáveis, além de uma miríade de processo de verificação da tal “qualidade” que sabidamente se sabe o resultado prévio.

A dispersão das provas meritocráticas no exaurido sistema educacional se tornou tão sintomática que pipocaram saltitantes as tais “olimpíadas dos saberes” (nas Ciências Exatas, Humanas e Biológicas). Na lógica da competição “educacional”, tudo quando é campo do saber se tem uma “olimpíada” a ser competida pelos alunos. Não causa admiração quando a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) cria um programa que tem como intuito ensinar alunos a investirem na bolsa de valores! Com o objetivo de aplicar uma suposta popularização do mercado acionário, a “Bovespa vai à escola”, em suas entranhas, é um programa de uma sintomática excrescência ao levar conhecimentos do mercado financeiro para as escolas públicas! A lição é

simples: deslocar o parco dinheiro embutido no FGTS dos futuros proletários para a aplicação em ações nas próprias empresas que eles mesmos serão espoliados. Logo, sob o manto da idiosincrasia, a promessa é sempre de vultosos ganhos futuros para o desfrute dos “investidores assalariados”!

A visão neoliberal reflete a Educação como um mero ativo financeiro. Muito que vem sendo hoje ventilado indiscriminadamente nos debates sobre investimento em Educação Pública e seu retorno pode ser sintetizado a partir dos escritos de Milton Friedman como sendo, em síntese:

Um empréstimo para financiar o treinamento de um indivíduo, que não tem nada a oferecer a não ser seus ganhos futuros, é, portanto, bem menos atrativo do que um empréstimo para financiar a construção de um prédio – a garantia é menor, e o custo do recolhimento dos juros e do principal é bem maior. (FRIEDMAN, 1988, p. 94)

Aos destroços do deletério sistema público de Educação Básica, soma-se a complacente ação monopolizadora dos grandes sistemas de comunicação de massa (conhecido com “Big Media”) que além de ser partidários do neoliberalismo, emite na sociedade um discurso maquiavélico que privilegia a competição irracional em detrimento ao caráter humanitário da Educação. Logo, como subprodutos da falência do sistema público de Educação Básica são emanados os parcos valores na sobrevivência do “mundo-cão” da competição desenfreada no mais puro destilar do darwinismo social:

Os darwinistas sociais propunham que todos os seres humanos começam encarando uma luta justa por recursos escassos: dinheiro, empregos, estima. Alguns ganham

essa disputa, não por vantagens impróprias ou por sorte, mas porque eram intrinsecamente melhores. (BOTTON, 2005, p. 89)

Para o retumbante fracasso no sistema público educacional, muitos defensores neoliberais, técnicos burocratas e resignados da esquerda pragmática se refugiam em simplistas e estapafúrdias desculpas do nosso anacrônico histórico de desigualdades sociais. A insistência para um novo modelo de Educação é necessária ainda em pleno século XXI, num país que vive tempos midiáticos de “neo-milagre econômico” (com taxas de crescimento próxima do período dos governos militares). Em início de junho de 2010, o Banco Central brasileiro anunciou que as reservas internacionais do país ultrapassaram o patamar recorde de US\$ 250 bilhões (FOLHA.COM, 2010). Quase invariavelmente, este volume de capital é destinado a dar proteção aos investidores no país contra oscilações especulativas do volátil mercado financeiro. Passa sempre despercebida dos analistas econômicos que um percentual deste montante poderia ser destinado diretamente para subsidiar a carente infra-estrutura social brasileira, como é o caso do financiamento da Educação Básica. Certamente tal sugestão criaria um mal-estar convulsivo aos arautos do neoliberalismo e seus partidários não-assumidos, considerando que deslocaria poupança externa de conforto aos especuladores financeiros para investimento em ações sociais que confortaria a população. Sem sombra de dúvida, seria uma proposição hereticamente inadmissível!

A socialização no sistema capitalista somente se faz quando ocorre um momento de grave crise de perdas econômicas do grande capital, como foi à crise norte-americana de 2008 e que afetou todas as economias do globo.

Neste episódio ainda não digerido por toda a economia global, a socialização das dívidas dos especuladores feita com o erário público foi a saída neokeynesiana de curto prazo para salvar o sistema capitalismo de sua própria ação (ou seja, são as inerentes contradições deste volátil modo de produção)!

A lógica do descarte humano é um valor atroz que prevalece na sintonia fina entre mercado e ação governamental. Assim assinala Mézáros a respeito da visceral ética capitalista adentrada na vida privada dos indivíduos:

As condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos – como uma questão de determinação estruturalmente assegurada – ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudessem fugir à áspera situação da escravidão assalariada. (MÉZÁROS 2007, p. 294)

O discurso neoliberal é construído com um vil destilar de cinismo nas falidas políticas públicas educacionais. Grande parte das unidades escolares públicas é maquiada em perdulárias propagandas governamentais e parte significativa delas se constitui em antros de medo, insegurança e selvageria de coação moral e física. Exceto algumas ilhas que ainda estão na sobrevida do balão de oxigênio, o resultado real nas políticas educacionais é o desleixo do Poder Público pelo seu povo, sobretudo de menor poder econômico dentro de uma sociedade movida pelas matrizes da ética do consumo.

4. Um turvo horizonte

O Paraíso sempre propalado em belos debates com verniz neoliberal a respeito da Educação Básica sobre o vazio se

perdeu de vista. Ao contrário dos maquiladores de plantão que sempre surgem do caos com seus discursos franciscanos que visam minimizar o caos atávico do sistema público. A defesa de um sistema sabidamente desvalido é compactuar com uma política de exclusão de gerações de seres humanos que são enganadas dentro de verdadeiras cadeias prisionais que muitos ainda insistem em chamar de unidades escolares.

De forma direta ou indireta, o mercado dita as regras e as políticas a serem supostamente implementadas pelo Poder Público. Torna-se sintomático o cínico discurso de muitas ONGs como a “Todos pela Educação” que é fomentada por grandes grupos econômicos e vem pousando em fóruns de debate com um “querubim” supostamente assistencialista e preocupado com a Educação no país¹. Naturalmente, se realmente tais grupos empresariais estivessem tão preocupada com a Educação como dizem, o tal mote da “responsabilidade social empresarial”, assim como fazem para ganhar processos de licitação nas três esferas de poder, por exemplo, poderia usar seus poderosos lobistas para pressionar políticos a encararem a Educação Básica como projeto fundamental de governo de qualquer sigla partidária.

Para a maioria dos professores de Educação Básica, tornou-se “aceitável” trabalhar em escolas com salas inchadas de alunos, sucateadas e infestadas pela patologia da violência explícita. O que

¹ Entre outros “apoiadores empresariais”, somente esta ONG é patrocinada por quatro grandes grupos econômicos do mercado financeiro (Bradesco, Itaú, Real e Unibanco) e quatro grandes conglomerados do setor de infraestrutura (Odebrecht, Gerdau, Camargo Correa e Suzano).

assusta mais ainda é um discurso que se aceita apenas assegurar algumas “almas” se safarem do caos instalado no ensino público. E quem se “perdeu” durante o processo? Este estará seguramente fadado ao ostracismo e a marginalidade. O sistema escolar da forma que se arrasta através dos anos é um perverso laboratório do darwinismo social. Os não-aptos, ou seja, a grande maioria, são expelidos para fora do sistema.

Com o descaso governamental, a instituição das frágeis franquias familiares e a ética do consumo que majora os valores pessoais e sociais na pós-modernidade, é preciso compreender o caquético papel caricatural que se tornou a escola pública. Falida e débil, a Educação Básica pública apenas cumpre um burocrático papel de expedição de diplomas. Como prêmio de consolação, aos que sobreviveram a este processo de saturação do ser humano, poderá ganhar eventualmente um mimo governamental como uma vaga derivada de uma controversa política de cotas em universidades públicas ou uma bolsa de estudo em alguma faculdade privada de Ensino Superior de qualidade duvidosa, mas sedenta pelos louros do patrocínio governamental. A Educação Básica brasileira sobrevive de um grande arremedo arrastado de programas e ações governamentais díspares desconexas e eleitoreiras.

A educação pública universal, gratuita e de qualidade são elementos que constituem os alicerces para uma sociedade que busque trabalhar em prol de um horizonte da igualdade de oportunidades. Uma educação pública integral que compreenda todos os estágios de evolução do ser humano até sua inserção madura na sociedade. Notadamente, os debates a este respeito

no seio do atual sistema educacional é um desolador deserto. Aos professores cabe a reprodução tarefaira do seu trabalho e ainda muitos não se aceitam no rótulo de “proletariados”. Quando a apatia rege as ações, o resultado é uma corrosiva servidão voluntária e autofágica.

5. Comentários finais

Longe de algum horizonte da propalada Shangri-La pelos entusiastas dos programas neoliberais, entre tantas maravilhas contemplativas importada de modelos educacionais estadunidenses, europeus ou asiáticos a ocuparem o espaço inutilmente sem observar a realidade local, o tempo passa e o faz-de-conta continua a sendo a palavra de ordem. Neste ínterim, é fundamental refletir a Educação sob a perspectiva da emancipação humana em busca de uma transformação radical nas bases que sustenta a falência da Educação Básica pública:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2005, p. 27, grifos do autor)

Enquanto o debate sobre a Educação é tratada pela ótica da desfaçatez e os olhos de rapina do mercado, continuará a sangria do erário escoado pelo ralo (do incipiente recurso que ainda é investido na área educacional!),

gerações de pessoas sendo conduzidos como sendo um fardo social e professores-fordistas sendo tratados como animadores proletariados de salas de aula lotadas até a entrega das notas do final de cada ano letivo (MENEZES, 2010). Aliás, cada ano letivo do Ensino Básico público é mais uma miragem para ser computada em belas estatísticas educacionais e posteriormente serem usadas a bel-prazer de interesse eleitoreiros dos governantes.

Referências

- BOTTON, A. de. **Desejo de status**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FOLHA.COM. Reservas internacionais do Brasil ultrapassam US\$ 250 bilhões. São Paulo, 02 jun 2010. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/744661-reservas-internacionais-do-brasil-ultrapassam-us-250-bilhoes.shtml> Acesso em: 02.06.2010.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- HILTON, J. **Horizonte Perdido**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MENEZES, W. F. O “processo imbecilizador”: proletarização e humilhação docente como instrumento de política neoliberal na educação básica em São Paulo. In: VII SEMINÁRIO DO TRABALHO, 2010. **Anais...** Marília: Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html> Acesso em: 01.06.2010.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.